



## Portugal: Concluindo o trabalho

---

18 de fevereiro de 2014

Por Subir Lall

Hoje, o FMI publicou um [relatório](#) sobre a evolução de Portugal no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro do país. Qual é a avaliação mais recente?

### Um arranque forte

Não há dúvida que Portugal registou progressos notáveis nos últimos três anos. Quando o país perdeu o acesso aos mercados financeiros internacionais em 2011, a perspetiva era sombria. A economia enfrentava grandes desequilíbrios internos e externos e perspetivas de crescimento desanimadoras. O financiamento sem precedentes por parte dos parceiros europeus de Portugal e do FMI criou uma oportunidade para colmatar as deficiências na raiz da crise e reconquistar a confiança dos mercados. Apesar das restrições formais e informais que as cerceavam, as autoridades estiveram à altura da situação.

As autoridades fizeram progressos significativos no ajustamento orçamental, que teve de ser antecipado devido ao elevado endividamento e para dar credibilidade às políticas que seriam implementadas. É importante reconhecer contudo que, sempre que possível, as metas orçamentais foram suavizadas para evitar consequências mais sérias para o crescimento. No seu conjunto, cerca de dois terços do esforço orçamental estrutural necessário para cumprir os objetivos de médio prazo do Pacto Orçamental Europeu já foram concluídos.

Igual importância tiveram as amplas reformas estruturais realizadas apesar das difíceis circunstâncias socioeconómicas e de obstáculos jurídicos. O governo tomou medidas para melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho e de produtos e para tornar o ambiente de negócios mais propício ao crescimento. O ajustamento externo excedeu as expectativas, o que reduziu a necessidade de contrair outros empréstimos externos; e a estabilidade financeira foi preservada. A economia está a dar os primeiros sinais de que talvez já tenha virado a página. O progresso alcançado em todas estas frentes parece ter tranquilizado os investidores do mercado obrigacionista estrangeiro e as taxas dos títulos públicos atingiram o seu nível mais baixo desde abril de 2010.

### Subsistem riscos; o desemprego continua elevado

Estes resultados importantes, obtidos num período de tempo relativamente curto, não significam, porém, que o trabalho esteja concluído. O desemprego continua elevado, principalmente entre os jovens e os desempregados de longa data. Ambas as dívidas, a pública e a do setor privado não financeiro – de quase 129 e 255 por cento do PIB, respetivamente – continuam a ser demasiado elevadas. Perante uma dívida tão alta, é evidente que será necessário uma consolidação orçamental ainda maior e a desalavancagem do setor privado. Talvez mais importante ainda, a redução desta carga exige um crescimento elevado e sustentado.

Uma coisa é certa: o crescimento elevado e duradouro não é possível com o regresso ao velho modelo, pré-crise. Não há espaço para contrair mais empréstimos para alimentar o consumo ou o investimento não produtivo. Além do mais, como a posição de investimento de Portugal é negativa em relação ao resto do mundo por uma larga margem – atualmente acima dos 110 por cento do PIB – e com tendência para o endividamento, contrair dívida externa não é uma opção num futuro previsível. A economia precisa gerar excedentes externos para reduzir esta posição de investimento negativa; o investimento tem de ser dirigido aos setores transacionáveis – setores cujos ganhos provêm da venda dos seus produtos e serviços no estrangeiro; o crescimento e o emprego têm de ser impulsionados pelas exportações.

Isto significa que o esforço sustentado para aumentar a competitividade da economia é o único caminho em frente.

### **O peso do ajustamento não deve recair demasiado no trabalho**

Devido às limitações impostas pela união monetária e à falta de flexibilidade cambial, o reforço da posição de competitividade da economia exige a redução dos custos unitários do trabalho e de outros fatores de produção, o aumento da produtividade e uma melhor capacidade de adaptação das firmas aos choques.

Observámos algum progresso na redução dos custos unitários do trabalho no setor privado, facilitado, em parte, pelas reformas implementadas até à data para reduzir a proteção do emprego e incentivar contratos de trabalho mais flexíveis, permitindo às empresas um melhor ajuste ao choque de procura que enfrentavam. As reformas da negociação coletiva têm ajudado a alinhar melhor os salários à produtividade.

Embora fosse possível fazer mais para melhorar o funcionamento do mercado de trabalho e as oportunidades de emprego, a redução de outros custos de produção talvez seja ainda mais importante. Por um lado, os custos laborais representam apenas cerca de 30 por cento dos custos operacionais. Além disso, é importante garantir que o peso do ajustamento não recaia demasiado no trabalho e seja contrabalançado com ajustes em outras áreas. Portanto, é preciso que reformas ambiciosas do mercado de produtos, destinadas a aumentar a concorrência e a reduzir as rendas no setor não transacionável, sejam uma peça central da agenda do crescimento daqui em diante. Já se progrediu nesta área. Contudo, é possível fazer muito mais para que o processo avance. Uma das prioridades é identificar os últimos obstáculos à flexibilidade de preços e medidas para aumentar a produtividade. Outra é garantir que as novas leis e regulamentos se traduzam numa mudança efetiva e em preços mais baixos para os exportadores.

### **Manter a dinâmica**

Os governantes têm de prosseguir com as reformas ambiciosas – para concluir o ajustamento orçamental, facilitar a desalavancagem do setor privado e aumentar a competitividade. Portugal não pode voltar ao modelo económico pré-crise, que provou ser insustentável. Os êxitos obtidos até agora, em circunstâncias difíceis, merecem ser reconhecidos e precisam ser levados adiante nos próximos anos. Isto levará tempo e serão necessários esforços continuados, independentemente do partido no poder. Exigirá o mais amplo consenso possível.